

Movimentos cruzados, histórias específicas.

Este projeto tem por objetivo fazer a análise comparativa sistemática de movimentos significativos de operários e trabalhadores rurais. Situados em dois pontos geográficos distantes no interior do país, os metalúrgicos da Grande São Paulo e os canavieiros de Pernambuco e estados vizinhos foram protagonistas de ciclos de greves na virada dos anos 70 para 80 do século passado de grande importância para o movimento mais geral de democratização e de conquista de liberdades e direitos pelos trabalhadores. O espaço a ser ocupado por uma análise comparativa sistemática dos movimentos de operários industriais e de trabalhadores rurais tem permanecido um espaço praticamente vazio nas ciências sociais brasileiras. A especialização profissional dos estudiosos do trabalho industrial, por um lado; e dos estudiosos do campesinato e dos trabalhadores rurais, por outro, tem sido um obstáculo de difícil superação, que abarca antropólogos, sociólogos e historiadores. Estimulados pela chamada à interregionalidade e à interdisciplinaridade que é feita neste edital, animamo-nos a articular uma equipe habilitada a levar adiante este desafio.

O projeto deve iniciar-se pela descrição e análise do desenrolar dos movimentos grevistas e de seu respectivo ciclo. Que setores de trabalhadores no interior das respectivas categorias profissionais eram mais importantes na implementação do movimento, quais os repertórios de ação utilizados, com que tipos de assessorias contavam, que alianças foram estabelecidas com outros setores da população? Dentre essa série de perguntas, também podemos fazer a seguinte: que formas de comunicação tinham essas categorias metalúrgicas entre si e delas com o sindicalismo de trabalhadores rurais?

Quando se analisa mais de perto a morfologia desse ciclo de greves de setores tão diferentes como os metalúrgicos da Grande São Paulo e dos canavieiros de Pernambuco e estados adjacentes, pode-se constatar que apresentam ritmos similares. Ambos têm seus auge em 1979-1980, uma reação patronal nos anos que logo se seguem, tensionada por contraofensivas dos respectivos movimentos dos trabalhadores.

Para que o projeto possa compreender e avaliar a importância das greves dos metalúrgicos no meio urbano-industrial e das dos canavieiros na transformação das relações de dominação no campo, temos que rever a história específica da formação destes dois grandes grupos de trabalhadores dos anos 60 para diante. A história das relações de trabalho em que estão

inseridos e a história dos respectivos sindicalismos. A análise da trajetória de trabalhadores que passaram por essas greves em suas vidas de trabalho é altamente iluminadora.

O artigo “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”, de Lygia Sigaud (Dados, vol.29, n.3, 1986), propõe que se faça duas distinções na análise do ciclo

de greves dos canavieiros, que por sinal será bastante elucidativo para se pensar também as dos metalúrgicos. Ali se propõe a distinção entre o plano ou o cenário dos engenhos, das empresas, por um lado; e o plano ou palco da cidade ou da mesa de negociações, por outro. O primeiro plano seria o das lutas mais “selvagens”, no interior ou no entorno dos engenhos ou fábricas (lá onde Santo Dias foi morto em São Paulo). O segundo, nas mesas de negociação, ou no tribunal, com toda a presença do Estado. Uma outra distinção, apresentada naquele artigo, é o do momento da greve, por um lado, e por outro, o interregno entre as greves.

O momento da greve, que é por si só um marco de sazonalidade, coincide, no caso dos canavieiros, com a sazonalidade da entrada da safra de cana, o que é um momento favorável para o desencadeamento da greve. Os usineiros e fornecedores de cana estão ávidos para

moer a cana e assegurar a finalidade da produção durante a entressafra. Nesse caso há que se pensar no fato do momento das greves – que seguem geralmente as datas dos dissídios coletivos, a chamada data-base das categorias sindicais – dos metalúrgicos do ABC ser em março, no início do ano. Com isto suas lutas já podem dar o tom dos dissídios do segundo semestre, como é o caso dos metalúrgicos de São Paulo ou os canavieiros do Nordeste. O momento da greve é o período da mobilização coletiva, do embate direto, da mediação do Estado, da atração da imprensa e da chamada opinião pública. O momento do interregno é o período em que os trabalhadores estão na vida cotidiana dentro dos estabelecimentos produtivos e onde os patrões detêm normalmente o comando das iniciativas. Esta distinção é interessante no caso do ciclo de greves dos canavieiros para tentar explicar o aparente paradoxo entre a conquista de normas para controlar a exploração da força de trabalho – não somente a tabela de tarefas e salários correspondentes por produção, mas também as

condições de trabalho, a posse das ferramentas, a medição das tarefas, a residência nos engenhos etc. – e o descumprimento das normas pelo patronato durante o interregno. E assim as novas greves viriam para atualizar e reafirmar as demandas e novamente legitimá-las perante a justiça, num aparente trabalho de Sísifo anual. De fato, o domínio por parte dos sindicatos de trabalhadores do que se passa nas empresas durante o interregno é difícil, mas não deixa de ser objeto de lutas. Os sindicatos de canavieiros e o sistema FETAPE-CONTAG estimularam pesquisas sobre o grau de cumprimento e descumprimento das convenções pelos proprietários em seus vastos territórios. E procuravam resistir a tais descumprimentos através da ação de seus delegados sindicais, da ida à justiça do trabalho (que aumentou durante o ciclo de greves), de denúncias públicas etc. Inclusive através de pequenas paralizações do trabalho em engenhos ou locais de trabalho, chamadas de paradeiros.

O foco no interregno é interessante para observar-se a continuidade do ciclo de greves entre os metalúrgicos do ABC. Os anos seguintes a 1979 e 1980 transformam-se numa espécie de grande interregno, onde a luta vai se tornando internalizada nas empresas. As lutas de 1981 deixam em segundo plano a recuperação das perdas salariais provocadas pela inflação e pela política de reajustes limitados, implantada pelo governo. Agora, os trabalhadores reivindicam estabilidade no emprego e protestam contra demissões. Na Mercedes-Benz de São Bernardo chega a haver um quebra-quebra quando 5.750 operários são demitidos. Em 1982, além das demissões e da recessão do ano anterior (não houve greve em 1981 e, mesmo assim, 41 mil trabalhadores foram demitidos), outro desafio enfrentado pela

diretoria do Sindicato foi o processo de automação na indústria automobilística e as novas formas de gestão de empresas. Neste ano, o TRT concede um reajuste, mas as empresas se negam a pagar. Os trabalhadores promovem manifestações nos pátios e no interior das fábricas (arrastões e passeatas), e conseguem que quase todo o reajuste seja pago. Em 1983, com os preparativos para a campanha salarial tendo começado com bastante antecedência, através de cartazes, panfletos, discussões e reuniões por fábrica, é assinado um acordo

coletivo. Quando as negociações começaram, os patrões mudaram de tática em relação aos anos anteriores, e como em Pernambuco em 1981, apresentaram uma proposta de acordo que contemplava as reivindicações básicas dos trabalhadores das grandes fábricas, evitando assim a greve na campanha salarial. Mas há uma organização de greve geral planejada, entre outros fatores, em solidariedade a trabalhadores de empresas estatais prejudicados por medidas recentes, e o sindicato dos metalúrgicos sofre intervenção do Ministério do Trabalho. Há greves

isoladas em grandes empresas. Em 1984, no início do ano, a intervenção no sindicato é suspensa. Como as empresas estão mais experientes com as passeatas no interior das empresas, enchem os pátios com estoques. Os operários passam então a fazer operação tartaruga, sem parar completamente a produção. E em 1985, o sindicato, já com um conhecimento da cadeia produtiva das empresas metalúrgicas devido às experiências anteriores com greves tartaruga, lança o que seria batizada de greve “vaca brava”, em que são paradas seções estratégicas de fábricas de forma sucessiva e imprevista, de forma planejada a provocar o máximo de faltas de insumos para outros pontos da cadeia, provocando efeitos dominó mais gerais suscitados por greves pontuais.

A literatura acadêmica sobre as greves dos metalúrgicos e a transformação concomitante das relações de trabalho na indústria metalúrgica é bastante grande, alcançando uma forte centralidade na Sociologia do Trabalho e em menor grau na História do Trabalho do tempo presente. Já a bibliografia sobre as greves dos canavieiros ou as relações de trabalho em que eles estão inseridos é menor, tendo alcançado as áreas de Antropologia Camponesa e Sociologia Rural. Uma avaliação desta bibliografia será feita no decorrer do projeto. A título ilustrativo podemos indicar algumas referências representativas, mas que não esgotam esta bibliografia. Pelo lado do contexto em que aparece o movimento dos metalúrgicos poderíamos arrolar o livro (antes, tese de doutorado) de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena; experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo; 1970-1980* (São Paulo: Paz e Terra, 1988). Um ensaio bibliográfico que indica a dimensão da produção na Sociologia do Trabalho está em Nadya Araújo Guimarães, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: desafios e interpretações”, cap. 1 do livro *Caminhos Cruzados. Estratégias de Empresas e trajetórias de trabalhadores* (São Paulo:

Editora 34, 2004, pp.41-70). Já pelo lado da literatura que trata das greves dos canavieiros e do seu contexto prévio, podemos indicar o livro de Lygia Sigaud, *Greve nos Engenhos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980), bem como o seu artigo já citado, “A Luta de Classes em dois atos ...”. Para o contexto do início dos anos 70, ver Moacir Palmeira, “Conflitos de Classe sob Regime Autoritário: O caso do Nordeste” in Leite Lopes, J.S. e Cioccarri, M., *Narrativas da Desigualdade; memórias, trajetórias e conflitos*. (Rio de Janeiro: Mauad, 2013, pp. 23-53) e para o contexto do final dos anos 80, ver Regina Novaes, “CONTAG e CUT: continuidades e rupturas da organização sindical do campo” in Armando Boito Jr., *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80* (São Paulo: Paz e Terra, 1991, pp. 169-196).

Ao mesmo tempo que a equipe do projeto deverá proceder ao levantamento e análise desta literatura acadêmica, ela deverá também proceder de forma semelhante com a literatura sindical, de ONGs e de caráter autobiográfico ou memorialístico existente. Por exemplo, duas produções, com a participação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI, são relevantes para o nosso propósito: o livro “Imagens da Luta (1905-1985)” editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em 1987, e “Canavieiros em Greve, Campanhas Salariais e Sindicalismo” (*Cadernos do CEDI*, n. 14, 1985).

Da mesma forma, é necessário proceder também com a coleta e a análise de vídeos e gravações em áudio existentes. Sabe-se do papel essencial de documentação que têm os filmes “Braços Cruzados, Máquinas Paradas” de Roberto Gervitz e Sergio Segall; “ABC da Greve”, de Leon Hirzman; “Greve”, de João Batista de Andrade; “Linha de Montagem”, de Renato Tapajós e “Peões”, de Eduardo Coutinho, entre outros. Para a área canavieira é essencial o filme “Cabra Marcado pra Morrer”, de Eduardo Coutinho, como são importantes os filmes de José Roberto Novaes nas áreas canavieiras de São Paulo.

Nos últimos anos, os trabalhadores avançaram muito na produção de materiais de memória do período da ditadura. A própria Comissão Nacional da Verdade, assim como as comissões estaduais, propiciaram verdadeiros movimentos sociais em torno da memória. Tal é o caso do livro *Investigação Operária; empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*, de autoria do Conselho do Projeto Memória da OSM-SP, 2014. Também em 2014 foi publicado pela FETAPE o livro com entrevistas *O Campo. Meu lugar de viver, ver e transformar. Uma homenagem às memórias vivas da Academia Sindical FETAPE*.